

Neoxtrativismo, Espoliação e as mudanças no Norte Fluminense

Guilherme Vasconcelos Pereira*

GT 1. Reestruturação do espaço urbano-regional, dinâmica econômica e impactos no emprego

Resumo. A região Norte Fluminense tem em seu histórico extensa relação com atividades extrativas. No século XXI as transformações no espaço da região estão atreladas a Grande Investimentos orientados pela dinâmica de produção de *commodities*, expondo os conflitos e disputas pelo território. O objetivo do presente trabalho é investigar as transformações e a atual estrutura socioeconômica da região à luz da abordagem do neoxtrativismo. O trabalho visa resgatar a bibliografia pertinente ao neoxtrativismo, espoliação e neoliberalismo, também envolvendo os dados pertinentes à estrutura da região bem como o histórico de intervenções realizadas na região em questão. A abordagem do neoxtrativismo possibilita a compreensão da importância das novas dinâmicas das atividades extrativas e sua relação com diversas escalas, desde o local, regional, nacional e ao global. Dessa maneira, busca-se contribuir para o debate entre as formas de interpretação dos acontecimentos que envolvem grandes empreendimentos na região.

Palavras chave: Região; Neoxtrativismo; Norte Fluminense

*Doutorando em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro, Mestrado em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas – UFF e Bacharel em Ciências Econômicas UFF
g_vasconcelospereira@uenf.pq.br

Introdução

A região Norte Fluminense se destaca economicamente pelas atividades associadas à extração de recursos naturais. O envolvimento dessas atividades às estruturas urbanas, sociais, políticas e econômicas locais alimenta o debate em torno da dependência dos municípios que compõe a região do futuro dessas atividades, cada vez mais inseridas em uma dinâmica global extrapolando as fronteiras locais. Esse contexto não é exclusividade do Norte Fluminense, a especialização da região nessas atividades reflete uma tendência econômica extensível ao país e para além disso a América Latina.

Essa realidade tem sido apresentada por diversos autores como Svampa (2020), Gudynas(2012), Arboleda(2018), Gago e Mezzandra (2015), Ribeiro (2020), em toda América Latina como neoextrativismo, em uma tentativa de atualizar o conjunto de relações e dinâmicas que envolvem à extração de recursos naturais, nos países onde a divisão internacional do trabalho os insere na dinâmica de trocas globais, como produtores de commodities. Nesse sentido, o trabalho visa contribuir para o debate das atividades desenvolvidas no Norte Fluminense a partir do neoextrativismo.

Um dos aspectos relacionados ao neoextrativismo foram as transformações na dinâmica do capitalismo desde a década de 1970, com base em Dorre (2015), é possível identificar que o modo de produção capitalista passa por significativas transformações, traçando novos contornos para o sistema. Nesse sentido, as mudanças causadas pelo chamado “capitalismo financeiro” afetaram as bases da sociedade, alterando inclusive a função do Estado, sobretudo sua relação com o mercado propiciando a reorganização de suas estruturas. (BRANDÃO, 2010).

Segundo o *mainstream* econômico, o Estado ideal é aquele que funciona como mero regulador da sociedade com funções reduzidas (DORRE,2015). Por isso, para Brandão (2010), deve-se reconhecer que a mudança quanto à função do Estado consiste em frequentes estratégias, surgidas na década de 1970, de expropriação e transferência de ativos públicos em favor da iniciativa privada, além disso, o autor identifica também a retirada da propriedade social de bens comuns como parte dessa estratégia.

Assim, a atual dinâmica de reprodução do capitalismo, torna essencial o resgate do debate sobre o ponto de origem do processo de acumulação. Dessa forma,

a abordagem do neoextrativismo busca compreender tal dinâmica interligando as escalas de ação, nas quais a acumulação se perpetua e incluindo os conflitos inerentes ao processo que ao longo da história ganha distintos contornos (GONÇALVES e COSTA,2020).

Tal debate, é importante para compreender o processo de realização de Grandes Investimentos (GI's) no interior do estado do Rio de Janeiro. Destacando a região Norte Fluminense, além do complexo de produção e exploração de petróleo e gás em Macaé, é possível observar a maneira como ocorreu a instalação do “Porto do Açú” no município de São João da Barra. Com isso, o objetivo do presente trabalho é apresentar a relação do atual debate sobre neoextrativismo com as atividades realizadas no Norte Fluminense, sobretudo após processo de instalação do Porto do Açú em São João da Barra. Para realizar tal tarefa o trabalho apresenta na Parte 1, o resgate teórico acerca do neoextrativismo relacionando-o ao neoliberalismo suas estratégias e a relação com a atual forma de espoliação. Já a segunda parte do presente trabalho, possui breve resgate do histórico de implantação do Porto do Açú, apresentação de alguns dos conflitos inerentes ao processo de desapropriação e seus efeitos no território, incluindo também a apresentação dos dados pertinentes aos efeitos extrativas na economia da região.

Neoextrativismo e a atualização da espoliação

O conceito de neoextrativismo, debatido na América Latina, apresenta continuidade e rupturas em relação ao extrativismo clássico. Continuidade, pois a história econômica da região é marcada pela exploração dos recursos naturais, associados às oportunidades de crescimento econômico e papel do Estado para alcançar o desenvolvimento. Rupturas, pois a atual dinâmica de reprodução e acumulação do capital promove uma série de pressões ao território e à exploração de recursos naturais, resultando em uma diversidade de conflitos econômicos, sociais e políticos.

Enquanto o velho extrativismo visava as “exportações” e o “mercado mundial”, os governos progressistas substituíram aquele discurso por outro que está voltado para a “globalização” e a “competitividade”. Ao aceitar a dinâmica global contemporânea, os governos de esquerda aceitam suas regras sobre comércio, fluxos de capitais, ampliação do conceito de mercadoria ou extensão dos direitos de propriedade. Tudo isto conduz à defesa da institucionalidade global, como a que prevalece na Organização Mundial do Comércio (OMC).(GUDYNAS, 2012, p. 307)

Svampa (2019) aponta que o neoextrativismo é um conceito multiescalar e pluridimensional, isso significa que é possível compreender as transformações ocorridas nos territórios a partir de diversos âmbitos que se entrelaçam a outros conceitos. Por isso, torna possível compreender a região Norte Fluminense a partir do neoextrativismo. Chama a atenção duas diferentes perspectivas que podem ser adotadas; a primeira a partir do neoextrativismo progressista, onde o Estado está presente no processo de acumulação, representado por suas empresas em uma atuação reprodutora da lógica do mercado, mas que visa converter parte dos recursos obtidos pela extração dos recursos naturais à população; a segunda, os investimentos em infraestrutura destinada a exportação de *commodities*, alterando a dinâmica dos territórios e promovendo deslocamentos, por vezes, forçados da população local.

Um fato notável é que, apesar de todos estes debates e da crescente evidência de sua limitada contribuição para um genuíno desenvolvimento nacional, o extrativismo goza de boa saúde, inclusive nos chamados governos progressistas, ou da nova esquerda. De fato, muitos deles são ativos promovedores do extrativismo, tendo-o inclusive intensificado. Entretanto, suas estratégias extrativistas não são idênticas às do passado; logo, é preciso falar de um “neoextrativismo progressista”.(GUDYNAS, P.303, 2012)

A estratégia dos governos progressistas em toda América Latina foi compensar as desigualdades sociais e econômicas aproveitando os recursos oriundos da comercialização dos produtos primários, ou seja, o desenvolvimento da região foi pautado por grandes investimentos ligados ao neoextrativismo. Nesse sentido, os grandes investimentos pressionaram a dinâmica social em todos os lugares onde se instalaram, flexibilizando controles ambientais e aumentando os conflitos pela terra (SVAMPA, 2019).

As mudanças ocorridas na dinâmica que leva ao conceito do neoextrativismo, surgem a partir da década de 1970, alterando significativamente a forma de interação na nossa sociedade, mas principalmente a forma de atuação do Estado. De acordo com Dorre (2015), o capitalismo tem uma capacidade de se reformular, algo como assumir aparências distintas ao longo do tempo. Nesse sentido, a estrutura de funcionamento permanece a mesma, porém assumindo aspectos distintos, como apresenta o autor a seguir,

Segundo esse entendimento, o capitalismo é capaz de trocar sua pele em certos momentos de seu próprio desenvolvimento. Isso significa que o regime de acumulação e as relações de propriedade, os modos de regulação e os

modelos de produção são revolucionados e transformados, mas apenas com o objetivo de manter o próprio capitalismo. (DORRE, 2015, p. 558)

Com isso, pode-se compreender os aspectos das mudanças de “estratégias” principalmente por parte do Estado, com apresentadas por Brandão (2010), Dorre (2015) e Dardot e Laval (2016), quando se fala em estratégias, são meios para alcançar determinados objetivos, conjunto de práticas, discursos e utilização de poder, gerando novas condições políticas e mudanças nas “regras do jogo” de funcionamento da economia. São estratégias, reconhecidas como “neoliberais” onde segundo Dardot e Laval (2016) e Brandão (2010), modificam as relações sociais para a realização dos próprios objetivos. Para Dardot e Laval (2016),

...essas novas formas políticas exigem uma mudança muito maior do que uma simples restauração do “puro” capitalismo de antigamente e do liberalismo tradicional. Elas têm como principal característica o fato de alterar radicalmente o modo de exercício do poder governamental, assim como as referências doutrinárias no contexto de uma mudança das regras de funcionamento do capitalismo. Revelam uma subordinação a certo tipo de racionalidade política e social articulada à globalização e à financeirização do capitalismo. (DARDOT e LAVAL, 2016, p.191)

Segundo Dardot e Laval (2016), há um entendimento de que as medidas significaram somente um “retorno do mercado” nas políticas conduzidas, tanto pela nova direita quanto pela esquerda. O receituário se baseava na expectativa de melhorar o ambiente para o funcionamento do mercado, envolvendo a redução dos impostos, dos gastos públicos, da proteção social, da inflação e controlar o crescimento monetário com moeda forte e estável. Entretanto, as medidas mais famosas, foram as sucessivas privatizações de empresas públicas e a desregulamentação da economia, sobretudo o que envolvia a legislação trabalhista, os autores resumem da seguinte forma: “No fundo, se o ‘compromisso social-democrata’ era sinônimo de intervencionismo do Estado, o ‘compromisso neoliberal’ era sinônimo de livre mercado” (Dardot e Laval, 2016, p.192).

Essa nova forma de atuação com o “compromisso neoliberal” traz à tona uma série de debates em torno da essência do capitalismo, para Brandão (2010), “Este momento crítico expõe a utilização de diversos mecanismos e processos, alguns inovadores, outros de uso permanente pelo sistema” (BRANDÃO, 2010, p.5). Um desses mecanismos de inovação da dinâmica atual está presente no neoextrativismo, de acordo com Gago e Mezzandra (2017), o envolvimento das finanças é um dos pontos-chaves para conectar a dinâmica de reprodução do capitalismo globalmente

ao local, onde essas promovem um processo de desmontagem produtiva, a partir da orientação à produção de *commodities* nos locais.

Entre os mecanismos de uso permanente do sistema, destaca-se o identificado por Fontes (2016), no qual a atual fase de expansão do capitalismo promoveu a “reatualização do roubo” com a chamada acumulação primitiva. Nesse sentido, para que a acumulação não seja interrompida emerge uma nova forma de despossessão, através da espoliação de bens e direitos em situações já capitalistas. Segundo a autora,

a acumulação por despossessão indica o renascimento modificado, no mundo contemporâneo, de uma forma arcaica. acumulação primitiva), que volta a se expandir, incidindo, inclusive, nos países já plenamente capitalistas, e que implica a eliminação (espoliação) de direitos e o controle capitalista de formas de propriedade coletiva (como natureza, águas, conhecimento) e, com isso, potencializa sua acumulação. (FONTES, 2016, p.63)

Para Harvey (2012), a onda de privatização que acometeu o mundo significou uma forma de expropriação. Muitas vezes, tais processos se apoiavam na legitimidade do Estado para superar a vontade popular, como privatização da água e de outros recursos naturais. As novas formas de regulação serviram principalmente para retroceder nas conquistas de lutas por direitos trabalhistas e de acesso à terra, por exemplo, configurando também uma forma de espoliação.

A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação das terras comuns”. Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal. (Harvey, 2012, p.123)

Nesse processo então o Estado cumpre papel essencial, como possuidor do monopólio da violência e responsável por definir os limites da legalidade. Harvey (2012) argumenta que o desenvolvimento do capitalismo ao longo da história dependeu diretamente e continua a depender da atuação do Estado. Assim como enxerga Harvey, Dorre (2015) afirma que o Estado é indispensável para a geração do modo de produção capitalista. Isso se deve não só ao fato do próprio Estado garantir a formação do mercado, mas que isso se realizasse sob condições desiguais

de poder. Já para Brandão (2010), o modo de produção capitalista sempre combinou formas de violência direta e indireta, levando a mercantilização até as últimas fronteiras possíveis.

No capitalismo contemporâneo, cabe ao Estado em essência, gerar novos ativos como terras, fontes de matéria prima e trabalho. Para Fontes (2016), a expropriação não deve ser considerada fenômeno singularmente econômico, mas sim social. O processo desencadeado pelo Estado através das expropriações, impõe uma lógica de vida social que suprime os meios de existência em detrimento da mercantilização dos elementos preponderantes à vida, dentre elas a venda da própria força de trabalho. Por isso,

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas à supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua consequente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado de força de trabalho). As expropriações não se expandem sozinhas, de maneira mecânica, segundo leis abstratas do funcionamento geral do capital, ainda que sejam uma condição geral de sua expansão...Varia segundo a capacidade, possibilidade, interesse ou necessidade de extração de sobretrabalho sob a forma mais-valor das classes dominantes e, portanto, de sua própria subordinação, cada vez mais plena, a um mercado concorrencial e regido pela produtividade... Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de levas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de – vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados.(Fontes, 2017, p.89)

Assim, as expropriações são parte fundamental para o avanço do capitalismo, pois elas se apresentam como uma “saída” a concentração de capitais. Tal processo representa, portanto, o aprofundamento social do capitalismo, ao mesmo tempo que apresenta uma importante contradição do capitalismo. Muito embora o processo de espoliação sirva para a expansão dessa forma de socialização, ao mesmo tempo impõe significativas perdas sociais. Resumindo, nesse jogo as finanças se expandem para outras áreas de valorização, extraindo valor da sociedade e da sua cooperação (GAGO & MEZZANDRA, 2017).

Ainda levando em conta a discussão acerca da acumulação primitiva, Gonçalves (2020), apresenta o conceito de “acumulação entrelaçada”. Tal conceito segundo o autor, “implica a interconexão e interpenetração não só de diferentes regiões do mundo, mas também de épocas históricas e distintas dimensões da expansão capitalista” (GONÇALVES, 2020, p.32). Para o autor, o processo de expansão do capitalismo envolveu ao longo do tempo, diversos dispositivos interligados, possuidores da capacidade de produzir

constantemente novos espaços capitalistas toda vez que a acumulação se depara com uma barreira à sua expansão.

Considerando os aspectos do neoextrativismo e sua relação com as transformações na dinâmica do capitalismo, cabe a reflexão de como a região Norte Fluminense se insere nessa nova dinâmica, compreende-se que a região abrigou dois grandes investimentos, em momentos distintos, nos municípios de Macaé e São João da Barra. Visto que o conceito de neoextrativismo, permite compreender o território em diversas escalas e dimensões, a presente investigação busca resgatar as transformações ocorridas na região, a partir, do neoextrativismo.

Petróleo, Porto, Desenvolvimento e as mudanças no Norte Fluminense

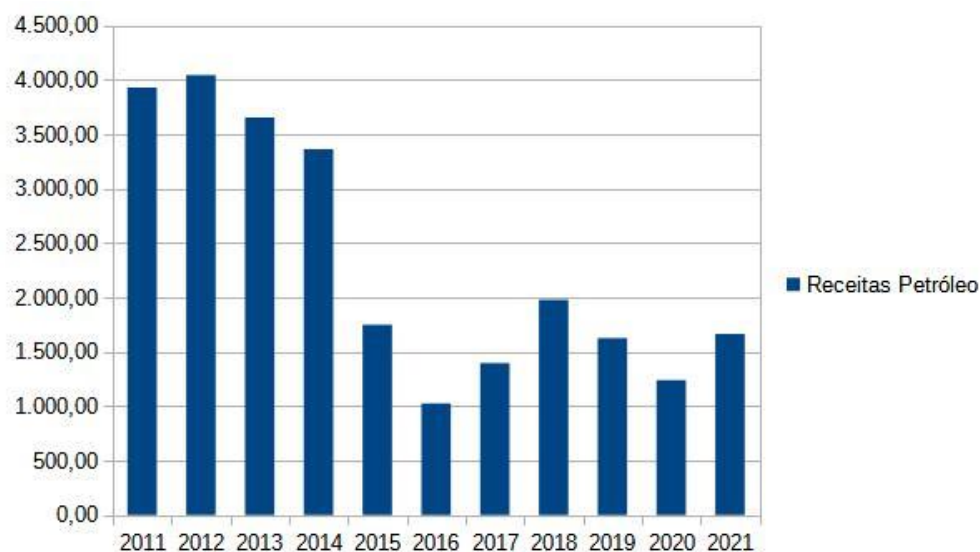
A região em questão, está historicamente relacionada com o debate acerca dos efeitos das atividades que extraem recursos naturais, durante o século XX, ocorreu uma transformação significativa com a decadência da indústria da cana e instalação do complexo de produção e exploração de petróleo e gás no município de Macaé. Mais recentemente no século XXI, além das atividades realizadas em Macaé um outro empreendimento foi instalado na região, o Porto do Açú, ambos estão conectados com extração de recursos naturais.

É nesse sentido que o neoextrativismo se conecta a região Norte Fluminense, tanto o complexo instalado em Macaé quanto o Porto do Açú, estão ligados a atividades que extraem recursos naturais destinados à exportação, promovendo transformações no território em prol dos empreendimentos. Cabe ressaltar que esses empreendimentos são reconhecidos pelo seu gigantismo em termo de mobilização de recursos financeiros e naturais, justificados pela expectativa de desenvolvimento da região.

Assim, o desenvolvimento econômico fica atrelado às atividades extrativas, a questão debatida por diversos autores no Norte Fluminense, como Cruz e Terra (2020), gira em torno dos enclaves gerados por essas atividades e conseqüentemente a dependência das receitas oriundas da extração dos recursos naturais. Os Gráficos 1 e 2, a seguir, apresentam a quantidade de recursos recebidos e a proporção de royalties e participações especiais recebidos pelos municípios da região entre 2011 e 2021. No Gráfico 1, é possível identificar a queda do volume de recursos recebidos após 2012 até 2017, observa-se a significativa queda entre os anos de 2014 até 2016,

período politicamente conturbado no Brasil e sobretudo na Petrobras, entre 2017 e 2021, os valores recebidos oscilam entre crescimento e queda, porém é preciso considerar os efeitos da pandemia de Covid-19 que acometeu o mundo principalmente em 2020, nesse sentido, 2020 e 2021 podem refletir a desaceleração das atividades e a retomada em virtude da pandemia.

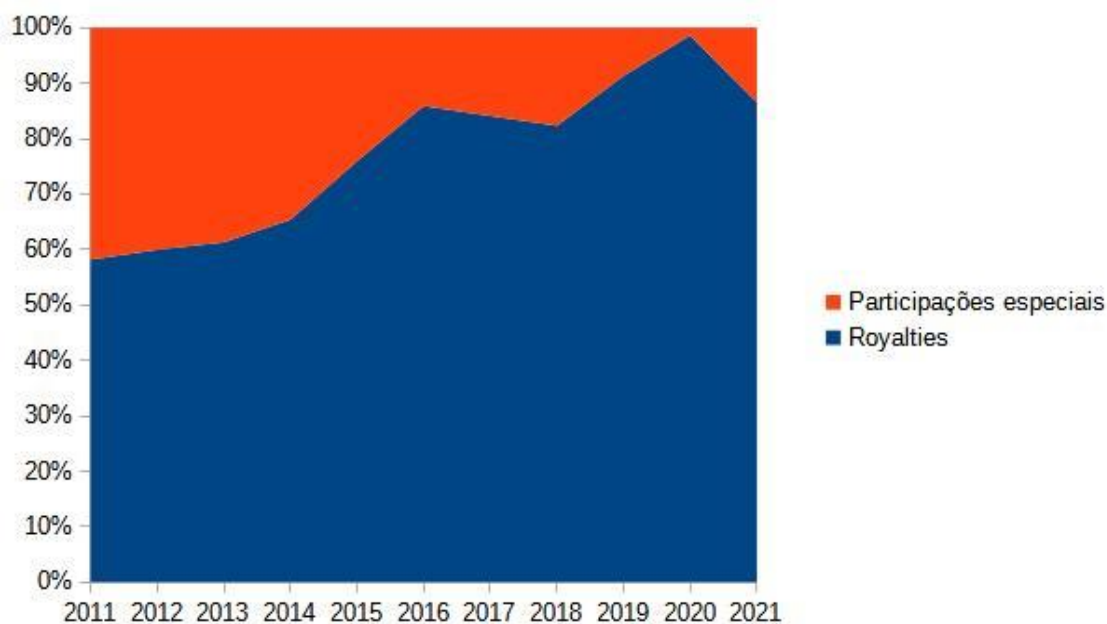
Gráfico 1 – Soma das Receitas do Petróleo, recebidas pelos municípios do Norte Fluminense, por ano, entre 2011-2021, em milhões de reais.



Fonte: Infroyalties, 2022 valores corrigidos pelo IGP-DI

A mudança nas receitas oriundas da exploração do petróleo expõe os limites da exploração desse recurso natural, muito embora é possível observar as quedas nas receitas quando a análise se debruça na divisão dessas receitas os limites é possível identificar os limites com mais clareza. No Gráfico 2, a seguir, estão dispostas a proporção das Participações Especiais e dos Royalties, considerando que as participações especiais são compensações que variam de acordo com o nível de produção dos poços localizados em área marítima confrontante com o município, já os Royalties são compensações pela exploração do recurso natural. Nesse sentido, há significativa redução das participações especiais nas receitas do petróleo desde o início da série observada, passando de aproximadamente 40% do valor das receitas, para aproximados 13% em 2021. Ressalta-se a proporção de Participações Especiais em 2020, compondo somente 1,3% das receitas, podendo significar a queda na produção como consequência da pandemia de Covid-19.

Gráfico - 2 Proporção dos Royalties e Participações Especiais nas receitas, entre 2011-2021, em (%)



Fonte: Inforoyalties, 2022

As transformações nas receitas recebidas da exploração e produção de petróleo em Macaé, já eram esperadas por se tratar de um recurso natural finito, é nesse contexto que surge o Porto do Açu como projeto entre 2005 e 2006. Apesar de em 2003 já ter sido apresentado pelo próprio ex-Governador Anthony Garotinho ao empresário Eike Batista. Tem sua construção iniciada em 2007, a princípio, o empreendimento nasce com objetivo de exportar de minério de ferro oriundo do estado de Minas Gerais, através de o mineroduto conhecido como projeto “Minas-Rio” , o investimento inicial previsto era de R\$ 3 bilhões, contando com recursos públicos da Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro (CODIN) e posteriormente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiou aproximadamente R\$ 520 milhões (PEREIRA, 2018; PESSANHA, 2017).

O sistema “Minas-Rio” faz a ligação entre o município de Conceição de Mato Dentro-MG, até São João da Barra-RJ, atravessando 32 municípios, com 525 km de extensão (COSTA, 2018). Assim o mineroduto em ligação com o porto, visava atender a demanda á época para o escoamento da produção de minério para o mercado mundial. Porém o aumento no interesse sobre o minério, produziu a valorização do projeto inicial que logo foi vendido, em 2007, para o grupo Anglo-American em um

negócio estimado em R\$ 6 bilhões, a venda possibilitou a expansão do projeto inicial (PEREIRA, 2018; PESSANHA, 2017).

O que antes era um Porto para escoamento de minério, logo se transforma em um projeto que culmina na criação do Distrito Industrial de São João da Barra. Assim se tem o processo de desapropriações das áreas do 5º Distrito do Município de São João da Barra. Em levantamento realizado por Assad (2019), entre 2003 e 2016, houve 29 Atos legais, envolvendo Decretos e Leis que dispunham sobre as terras ligadas ao projeto.

De acordo com o Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú (ABG, 2011), o processo de implantação desde o mineroduto “Minas-Rio” até o complexo industrial, foi marcado por diversas irregularidades tanto no exame dos possíveis impactos em decorrência da implantação dos empreendimentos quanto pelos processos de licenciamento, ocorrendo de forma não convencional e excludente, pois a própria população local não teve condições de interferir no processo (PEREIRA, 2018).

Uma das etapas mais marcante do processo de instalação do projeto, foi o Decreto n.41.584, que culminou na criação do DISJB, estima-se que 1.500 famílias foram diretamente atingidas com a perda da posse de suas terras, além disso colocando em risco extensa área de restinga (COSTA, 2018; PEREIRA, 2018).

É possível destacar nesse aspecto, o Decreto n 41.915 realizado pelo Governo do estado do Rio de Janeiro, uma segunda desapropriação também em São João da Barra e a mobilização dos moradores das terras desapropriadas, questionando o fim do seu sustento oriundo daquelas terras. Estima-se que os decretos de desapropriação atingiram uma área de aproximadamente 7.500 hectares (PEREIRA, 2018; PESSANHA, 2017). De acordo com Costa (2018),

As expropriações de terras constituem, sem dúvida, uma das mais violentas medidas realizadas pelo Estado na vida de milhares de famílias no âmbito do Projeto Minas-Rio, implicando em deslocamentos compulsórios, fragmentação da vida comunitária e das relações afetivas com o ambiente nos quais as famílias trabalhavam e reproduziam suas vidas. (COSTA, 2018, p.138)

Para Costa (2018), a execução do projeto em São João da Barra se fundamentou em três pilares: a) autoritarismo; b) expulsão imposta pelo Estado; c) deslocamentos forçados dos camponeses com uso de violência. Deve-se destacar

que tais desapropriações são realizadas com recursos públicos, enquanto a gestão do condomínio industrial e operação do Porto, são geridos por recursos privados.

Além das desapropriações em São João da Barra, foram promovidas outras mudanças na região em prol das atividades extrativas, como apontam Cruz e Terra (2020), a lista de intervenções urbanas na região Norte Fluminense é extensa, além delas outras dinâmicas são alteradas em virtude da reconfiguração da região em torno das atividades extrativas, alterando a dinâmica populacional, segundo Cruz e Terra (2020), algumas das questões região são:

O primeiro é o das centenas de pescadores artesanais do litoral do Norte Fluminense. Inicialmente prejudicados pela implantação das plataformas marítimas e redes de tubos submarinos de e&p de petróleo o gás, e, desde 2007, pela construção e operação, a partir de 2014, do Porto do Açú. Como a bacia tem mais de 100 mil km², 53 plataformas e mais de 500 poços (O Petróleo, 2018)... O segundo caso é o das centenas de pequenos produtores de alimentos no 5º Distrito de São João da Barra, onde se localiza o Porto do Açú. A área, correspondente a ¼ do município, foi violentamente “desapropriada”, em 2007, por um órgão do estado, e repassada à empresa proprietária do Porto para a implantação de um Distrito Industrial (di)... O terceiro caso é o da Favela da Linha, a maior e mais antiga favela de Campos, cujos moradores foram removidos “à força” para uma área fora da cidade, sem infraestrutura e mobilidade, após longa resistência e luta, para dar lugar à incorporação da área para construção de condomínios residenciais e conjuntos comerciais e de serviços para classes de alta renda, na medida em que a cidade se consolida como sede das empresas que servem ao Porto e ao Complexo de e&p e das grandes estruturas de comércio e serviços...O quarto e último exemplo é o da penetração do grande capital em serviços não mercantilizados. Trata-se do serviço de coleta de lixo. Centenas de catadores de lixo foram destituídos do trabalho, com o fechamento do depósito de lixo a céu aberto em Campos, em 2012. Desde então, travam uma luta para assumir a Coleta Seletiva do município, através de quatro cooperativas de trabalho formadas por eles, em ausência de políticas públicas voltadas para a preservação e fortalecimento de atividades econômicas tradicionais, como nos casos aqui analisados, bem como para a sustentação da economia regional na diversidade de atividades para diminuir a dependência aos dois Grandes Projetos aqui abordados, que possuem diversas características de enclaves, reflete-se na relativa vulnerabilidade do mercado de trabalho, como se pode observar nos dados sobre a evolução recente do estoque de emprego. (CRUZ e TERRA, 2020, p. 204)

Nesse aspecto as transformações causadas pelas implantações do complexo de produção e exploração de petróleo e gás e do Porto em São João da Barra, possuem outra dimensão, segundo Maia (2016), mesmo com todos os efeitos negativos, tanto a mídia local quanto o poder público, apresentam o empreendimento como possibilidade de “Desenvolvimento” da região, a expectativa de realização do crescimento econômico e superação da condição econômica do município. Dessa maneira, o porto e todo o complexo industrial instalado em Macaé seriam os “motores da modernização” dos municípios gerando oportunidade de emprego e renda para a

população em toda a região (COSTA, 2018; PEREIRA, 2018). Essas expectativas acabam servindo como justificativa para as transformações ocorridas nas áreas urbanas dos municípios localizados no Norte Fluminense.

Conclusão

As atividades realizadas na região Norte Fluminense, inserem-na em uma dinâmica que extrapola as fronteiras dos municípios que a compõe. A instalação do complexo de produção e extração de petróleo em Macaé e a operação do Porto do Açú em São João da Barra, configuram-se como movimento típico da dinâmica contemporânea de acumulação do capitalismo. Desde as estratégias para a realização do empreendimento, envolvendo espoliação da terra dos moradores locais a partir do próprio Estado, até as suas contradições, onde de um lado vê-se a expansão do capitalismo com um novo empreendimento e de outro a geração de perdas sociais.

Nesse sentido, evidencia-se a função do Estado no capitalismo, atuando com um agente do mercado. Desde o início o empreendimento privado do Porto do Açú, contou não só com o apoio financeiro de fundos públicos como CODIN e BNDES, mas também com ambiente regulador que facilitou a sua instalação, podendo relacioná-las ao neoxtrativismo progressista.

Tal processo em questão mostra como o processo de acumulação por espoliação, ele representa uma característica fundamental para o modo de produção capitalista ao longo da história. Destaca-se que o movimento de espoliação envolve além de despossessão, possibilidade da transformação de produtores em trabalhadores assalariados. Os conflitos inerentes a realização das atividades de extração na região Norte Fluminense são, portanto, representativos dessa complexidade por trás do neoxtrativismo, os impactos relacionados a dinâmica de produção e de reprodução do capital desse setor, influenciam significativamente a estrutura social da região. Cabe ainda salientar que muitas transformações ainda estão em curso. O processo de “desenvolvimento” da região se assemelha a descrição de Oliveira (2003), um ornitorrinco não há possibilidade de avançar, restam apenas as formas de acumulação primitiva que se atualizam cada vez que um Grande Investimento é realizado na região.

Referências

ARBOLEDA, Martín. *Financialization, totality and planetary urbanization in the Chilean Andes*. **Geoforum**, Elsevier BV, [s.l.], v. 67, dez. DOI: 10.1016/j.geoforum.2015, p.4-13.

ARBOLEDA, Martín. *Extracción en movimiento: circulación del capital, poder estatal y urbanización logística en el norte minero de Chile*. **Investigaciones Geográficas**, 56, 3-26. <https://doi.org/10.5354/0719-5370.2018.48475>, 2018, p.3-26.

ASSAD, Luna B. **A produção do espaço e o zoneamento urbano São João da Barra (RJ) e o Porto do Açú**. Campos dos Goytacazes (RJ):[s.n], 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas)- Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.

A Figura 1 acima, ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS (AGB). Relatório dos impactos socioambientais do complexo industrial-portuário do Açú. Rio de Janeiro: AGB,2011.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo, in A. W. B. Almeida et al., **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-69.

COSTA, Ana M.A. **O processo de expropriação das terras do Açú e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas-Rio**. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CRUZ, José L. V; TERRA, Denise. Petróleo e porto no norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **EURE**, vol. 46, n. 139, 2020, p. 189-208.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2016.

DORRE, Klaus, **A nova Landnahme. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro**¹ *Die neue Landnahme. Dynamiken und Grenzen des Finanzmarktkapitalismus*. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, 2015, p.536-603.

GAGO, Verônica; MEZZANDRA Sandro. A Critique of the Extractive Operations of Capital: Toward an Expanded Concept of Extractivism, **Rethinking Marxism**, 29: 4, DOI: 10.1080/08935696.2017.1417087, 2017, p.574-591.

GONÇALVES, Guilherme L, COSTA, Sérgio. **Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro**, São Paulo: Boitempo, 2020.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. Rio de Janeiro: Garamond, **IRD**, 2012, p. 303- 318.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo** . São Paulo: Loyola, 2012.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

PESSANHA, R.M. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades.** 543 f. Tese (Doutorado) no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Guilherme V. **O Porto do Açú e o município de São João da Barra-RJ: impactos na dinâmica socioeconômica- 2007 a 2017;** Campos dos Goytacazes, 2018.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado /** Luiz César de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2020.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoxativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019